

ANOS 80: DA TRANSIÇÃO COM “ABERTURA”, MAS SEM RUPTURA, DO GOVERNO BUROCRÁTICO AUTORITÁRIO PARA O CIVIL¹

Maria Aparecida da Silva
Professora Aposentada – UFMG
Professora da Universidade de Itaúna
Professora da Faculdade de Filosofia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus/Instituto Santo Inácio

1- A NOVA REPÚBLICA ENTRE FOGOS CRUZADOS (DÍVIDA EXTERNA, DESEQUILÍBRIO INTERNO E DÍVIDA SOCIAL)

Nas décadas de 60 e 70 do século passado registraram-se em várias partes do mundo movimentos de sociais contestando a distribuição da renda, reivindicando o direito de todos de participação nas riquezas produzidas, mas especialmente questionando a disciplina reinante nas empresas e criando-se organizações autônomas externas às empresas, aos sindicatos e ao Estado Restrito, difíceis de serem controladas e mais que isso ameaçadoras às instituições oficiais. Bernardo (2004) e Abreu Neto (2005) atribuem como causa dos movimentos sociais, incluindo, também, os movimentos estudantis de forma generalizada em todas as partes do mundo, ao esgotamento do modo de produção taylorista-fordista. Nas palavras de Bernardo (2004, p. 79):

... as pequena e obscuras lutas cotidianas permitiram que a mão-de-obra, cada vez mais habituada a lidar com os métodos da grande indústria, se mostrasse capaz de controlar na prática os ritmos impostos aos seus gestos. Taxas de absentismo crescentes, atrasos e imobilizações técnicas das cadeias de montagem, quantidades significativas de produtos defeituosos, tudo isso revelava a sabotagem do sistema de trabalho. Se décadas atrás os engenheiros de produção haviam sido capazes de anulara a iniciativa dos trabalhadores, a situação agora invertera-se em grande medida, ficando comprometida a eficácia social das formas de aplicação do taylorismo até então adotadas.

A escalada de movimentos sociais sem precedentes e conjugadas desencadeou um profunda crise na economia capitalista mundial iniciada em 1974, cuja manifestação mais visível foi a crise do taylorismo²-fordismo³.

¹ Texto baseado na tese de doutorado de Silva (1994).

Após longo período de acumulação intensiva de capital, no apogeu do taylorismo-fordismo, o capitalismo começou a dar sinais de esgotamento, devido aos limites técnicos e econômicos, consequência da própria lógica que orienta a organização fordista do trabalho. A radicalização da divisão do trabalho em fragmentação dos gestos produtivos especializados, multiplicou o número de postos de trabalho e, ao mesmo tempo, aumentou a distância a ser percorrida pelo produto inacabado. Isso significa que o tempo em que o produto semi-acabado é simplesmente transportado, torna-se, um tempo que não incorpora valor, isto é, um tempo improdutivo. Além desses, devem-se acrescentar, como limites técnicos, os decorrentes da necessidade de se organizar uma série de trabalhos parciais, que provocam também tempos improdutivos, resultantes dos tempos de espera dos trabalhadores, que agora tem ciclos de trabalho mais curtos.

Esses limites, tanto de ordem social quanto de ordem técnica, evidenciam a incapacidade do taylorismo-fordismo de continuar promovendo a valorização do capital e a sua acumulação com base no aumento da produtividade. E esta incapacidade constitui e a expressão da crise estrutural do capitalismo. Antunes (2000: 29) enumera, como mais evidentes, os seguintes traços da crise:

- 1) Queda da taxa de lucro, causada pelo aumento do preço da força de trabalho pós 45, pela intensificação das lutas sociais e pela redução da produtividade;

2. O taylorismo pode ser concebido como um modo de organização racional do trabalho, fruto do trabalho de engenheiros, tendo como expoente F.W. Taylor. É uma construção teórica por meio da qual os técnicos tentam regular a produção e as relações sociais, aplicando seus princípios na organização das empresas. O que se pretende é substituir a administração das coisas pelo controle dos homens. Para atingir seu intento - rendimento *optimum* do trabalho operário - o taylorismo utiliza dos referenciais das ciências humanas, tais como psicologia, sociologia, medicina do trabalho, ergonomia, entre outras. Salienta ao extremo o valor da divisão do trabalho em duas direções: (i) separação rigorosa do trabalho manual e do trabalho intelectual, da concepção e da execução do trabalho; (ii) decomposição rigorosa, nos seus elementos gestuais, das operações do trabalho produtivo.

3. O fordismo, como padrão produtivo, estruturou-se com a divisão do trabalho fragmentada; com a decomposição das tarefas alocadas aos trabalhadores em postos fixos. Separou o trabalho manual do trabalho intelectual, destinando a execução aos trabalhadores e a concepção e o controle aos administradores; a produção e a montagem são realizadas em lugares diferentes. A principal inovação de Ford foi a introdução da esteira que movimentava o produto inacabado para que os trabalhadores, prisioneiros de seus postos fixos, completassem a montagem com peças e componentes padronizados. Essa inovação tecnológica reformulou a administração do exercício dos tempos e dos movimentos em relação ao trabalhador individual: a administração se dá de forma coletiva, pela adaptação dos indivíduos ao ritmo da esteira, combinando o cronômetro de Taylor que alocava o tempo aos indivíduos com o movimento da esteira que impõe o tempo coletivo aos trabalhadores individuais.

- 2) Esgotamento do padrão taylorista-fordista de produção, dado pela incapacidade de responder à retração do consumo em consequência do desemprego estrutural que se iniciava;
- 3) Hipertrofia da esfera financeira que alcançava relativa autonomia frente ao capital produtivo e tendência do capital financeiro de constituir-se como um campo prioritário para especulação;
- 4) Maior concentração de capitais devido às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;
- 5) Crise do “Estado de bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos;
- 6) Tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

Esta crise situa-se nas raízes profundas do esgotamento da capacidade de aumentar a produtividade, resultado do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional. Observa-se primeiramente, que o deslocamento do capital produtivo para o capital financeiro deveu-se à incapacidade da economia, principalmente o setor das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Desse modo, o excesso de capacidade produtiva e de produtos que surgiu, acarretou a perda de lucratividade nas indústrias de transformação e, a partir do final da década de 1960, provocou o crescimento acelerado do capital financeiro e especulativo do final da década de 1970. Assim, as baixas taxas de acumulação de capital tiveram como raízes baixos índices de crescimento da produção e da produtividade que, por sua vez, reduziam os salários, rompendo com o Estado do Bem-estar Social vigente em vários países centrais.

No Brasil, constituem o pano de fundo do problema que me propus investigar, de um lado, a efervescência dos movimentos sociais e de produção cultural, articulada com o esforço de auto-organização dos "excluídos" do regime militar, que se registraram na segunda metade da década de 70 e prosseguiram até a transição do governo militar para o civil, no início dos anos 80, e, de outro, a assimilação das instituições emergentes desses movimentos na década de 80 até os anos iniciais da década de 90.

Com suas lutas, na segunda metade da década de 70, os trabalhadores dão sinais de ruptura de uma longa fase de assimilação dos conflitos sociais, que tem como marco histórico o Golpe de 1964 e perdura até meados da década de 70. À aparente ordem imposta pelo regime militar a partir de 1964, os trabalhadores

contrapõem uma nova ordenação, com base em um tipo novo de relações sociais entre os homens. A intensidade e a magnitude do movimento dos trabalhadores transbordam a esfera da produção, atingindo diversas instituições: igreja, partidos políticos, escolas, entre outras. Dentre esses movimentos, destaca-se o movimento dos trabalhadores do ensino.

Considero que o ano de 1979 constituiu um momento de plena ascensão dos movimentos sociais em geral e, entre eles, o dos trabalhadores do ensino. Apesar da ambigüidade desse movimento, nele os trabalhadores de ensino instituíram novas formas de gerir a sua prática social, conseguiram assumir-se como trabalhadores do ensino, por conseguinte, como explorados, e reagem no sentido de se colocarem como sujeitos coletivos no processo de luta, com vistas à criação de relações sociais novas. Colocaram-se como interlocutores junto ao Estado, na proposição de novas formas de organização do trabalho e na definição de políticas de pessoal, salarial e educacional. Exprime a profundidade dessas mudanças a afirmação de Arroyo (1989, p. 35):

Nas propostas de formação, nas concepções, nas práticas [pedagógicas dos profissionais da educação escolar], não houve grandes avanços ao longo das últimas décadas e das últimas Leis de Diretrizes e Bases, mas, na prática social desses profissionais, nas formas de sua inserção no trabalho, nos processos de sua gestão e, sobretudo, na sua consciência grupal e na sua organização política, avançou-se mais nas últimas décadas do que em todo o século de História da Educação Escolar.

Partindo do pressuposto, já enunciado, de que as reformas administrativas e educacionais são respostas atrasadas às demandas colocadas pela prática social, interessou-me investigar que questões levantadas pela prática social dos trabalhadores e que instituições criadas pelos seus movimentos foram assimiladas pelo capitalismo e devolvidas sob a forma de reformas administrativas ou educacionais que afetaram a organização do trabalho na escola. Nesse sentido, um dos aspectos privilegiados no trabalho foi a verificação de como medidas de natureza administrativa obstaram ou favoreceram propostas pedagógicas conseqüentes, levadas a efeito por intelectuais progressistas no poder, a partir de 1983.

Visando a essa historicização, passo a discorrer, em linhas gerais, sobre o período delimitado para estudo, apoiando-me em importantes analistas da realidade socioeconômica e política brasileira, tais como Paul Singer (1984, 1986 e 1988) e Florestan Fernandes (1987), entre outros.

O momento de transição do governo militar para o civil foi muito rico, pela emergência de movimentos sociais e de produção cultural. Vale salientar o caráter articulado dessa produção com o esforço dos excluídos do regime autoritário para se organizarem.

A implantação do Estado, sob a gerência militares-tecnocratas, afetou, de modo significativo, as relações entre os aparelhos de Estado e a sociedade como um todo. As alterações mais significativas, introduzidas, no nível econômico, depois de 64, marcam mudanças nas relações entre capital e trabalho. Dentre essas modificações, destacam-se a política salarial, a substituição do sistema de estabilidade no emprego pelo FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço), a contenção de créditos, a "racionalização" das atividades empresariais, com o surgimento da ampliação e diversificação das burocracias ligadas às atividades econômicas. Tais medidas visavam a conter a inflação, mas, na verdade, acabaram privilegiando as grandes empresas.

O conjunto dessas medidas tomadas pelo primeiro Governo militar permitiu que o segundo Governo encontrasse campo aberto para desencadear um processo de crescimento "milagroso". Um balanço estatístico possibilita concluir que esse crescimento conseguiu reduzir a pobreza em termos absolutos, mas não em termos relativos. A proporção de famílias com renda até um salário mínimo cai de 45,2%, em 1970, para 21,3%, em 1976, e a de famílias com renda de um a dois salários mínimos aumenta de 22,8%, em 1970, para 24,7%, em 1976 (SINGER, 1986, p. 38). Não obstante, aumentou a pobreza em termos relativos. Isso porque o salário mínimo continuou caindo, visto que seus reajustes nominais não acompanharam a expansão do Produto Interno Bruto (PIB). Como argumenta Singer (1986, p.39):

Em 1970 o salário mínimo tinha aproximadamente o mesmo valor que o PIB *per capita*; seis anos depois, ele não valia mais que 0,55 PIB *per capita*, ou seja, perdeu 45% do seu valor relativo. Isso significa que, se as necessidades básicas se expandiram ao mesmo ritmo que o PIB *per capita*, entre 1970 e 1976, o salário mínimo, embora tenha elevado ligeiramente o seu poder de compra em relação à mesma cesta de bens, de fato se tornou ainda mais insuficiente para prover às necessidades de uma família.

Em relação às famílias com renda de cinco a dez salários mínimos, Singer (1986, p.40) constata que passaram de 3,7%, em 1970, para 14,2%, em 1976, e as com renda de dez salários mínimos e mais aumentaram de 1,5%, em 1970, para 9,9%, em 1976. Isso significa que as famílias com renda acima de cinco salários mínimos passaram de 1/20 (963,3 mil) do total, em 1970, para 1/4 (5.576,7 mil) em

1976. Esse aumento possibilitou a multiplicação no consumo de bens duráveis de luxo (automóveis, aparelhos de som, entre outros) e de serviços de padrão e custos elevados (hospitais privados, escolas particulares, viagens ao Exterior, por exemplo). Em suma, como concluiu o autor (1986, p. 40):

A política econômica posta em prática durante o milagre favoreceu a concentração do capital, ou seja, a multiplicação e o crescimento das grandes empresas. A política trabalhista e, em particular, a política salarial nesse período promoveram a contenção dos baixos salários e com isso provocaram a concentração da renda salarial, sobretudo nas grandes empresas. Surgiu assim o crescimento explosivo da demanda por bens e serviços de alto padrão, cuja expansão marcou precisamente o milagre econômico brasileiro.

No período entre 1976 a 1980, houve uma desaceleração da economia e um aumento da inflação. A partir daí, começa um decréscimo na produção. A plena utilização da capacidade produtiva passa a enfrentar barreiras não superáveis a curto prazo, tais como baixa qualidade da mão-de-obra, não-diversificação do mercado consumidor (concentrado nas camadas de altas rendas), limites de ordem tecnológica na capacidade de exportar e outras, que acabam por intensificar um novo surto inflacionário. Singer (1986, p.42) fornece evidência com dados estatísticos, dessa afirmação:

Nos quatro anos anteriores a 1976, o PIB *per capita* cresceu 30,6%, nos quatro anos posteriores a 1976, esse crescimento cai a 14,8%. O deflator implícito do produto, que constitui a medida mais abrangente da inflação, aumenta durante toda a década de 70, particularmente a partir de 1979, quando atinge 57,6%, chegando a 94,65% em 1980.

Há uma tentativa, por parte do governo militar e de seus tecnoburocratas, de negar, a princípio, essa inflação. A seguir, admitem-na, mitificando-a, porém, em torno da chamada *crise do petróleo*. De fato, é no período de 1976 a 1980 que ocorrem o segundo choque do petróleo e a elevação das taxas internacionais de juros. Todavia, há que se considerar que, antes da crise do petróleo, a inflação já se tornara visível, em decorrência da dinâmica interna da economia e dos desequilíbrios ensejados pela multiplicidade de pontos de estrangulamento que acompanharam o crescimento econômico. Além disso, esses fatores externos - crise do petróleo e elevação das taxas internacionais de juros - foram neutralizados temporariamente pela entrada crescente de empréstimos estrangeiros.

No final da década de 70, já não era mais possível mascarar as bases sobre as quais se fez o "milagre". Foi necessário proclamar uma fase de "abertura", de "distensão política" e de promessas de "bem-estar social". Essas expressões, extraídas do discurso oficial da época e materializadas nas estratégias políticas adotadas, constituíram formas de drenar os conflitos e tensões sociais que se estavam avolumando⁴. Como analisa Brant (1982, p. 24-5):

O contexto da chamada reabertura política não constituiu mero esgotamento do período ditatorial, seja porque o regime tivesse cumprido seus objetivos, seja porque tivesse renunciado ao arbítrio como meio de atingi-los. Ele revela certamente a disposição do governo de adaptar-se a uma realidade social que escapa ao poder de previsão dos estados-maiores e dos gabinetes. ... Ela surge com atraso diante do reconhecimento generalizado de que a sociedade reorganizou-se à margem das pautas previstas para enquadrá-la.

O enfraquecimento das instituições governamentais implicou mudanças na forma de articulação entre o Estado e a classe trabalhadora, que culminaram com a recuperação da barganha coletiva de salários, com a reformulação da política salarial e com a concessão do direito de greve. As greves vinham eclodindo, ainda que proibidas. O reconhecimento público do poder organizativo de forma autônoma da classe trabalhadora ia-se dando em meio à frustração com o fim do "milagre econômico", ao agravamento da crise econômica, à derrota do Governo nas eleições de 1974, 1978 e 1982, à decretação do processo de "abertura política" e ao advento da "Nova República", com suas promessas.

Como bem coloca Singer (1984, p.243):

Para restabelecer, de algum modo, a aliança de classes e frações de classes que garantiu a sua instauração, o regime militar decretou a "abertura política"... Isso permitiu vir à tona a vasta auto-organização que vários setores da sociedade civil foram gestando ao longo dos anos (...). As diferentes classes sociais revelaram certo vigor organizativo, passando a preencher o espaço oferecido pela "abertura": operários, médicos, professores, estudantes e outras categorias começaram a se apoderar de seus sindicatos e associações ou a fundar novos e a se mobilizar em função de pautas reivindicatórias que iam além da questão salarial. Entre 1978 e 1990, amplas ondas de greves varreram o país, enquanto em

4 Para o aprofundamento no estudo da questão dos movimentos sociais, sugiro as seguintes leituras. Para o entendimento sociológico da questão, ver Manuel Castels (1983, 1986). Para o entendimento dos movimentos sociais no Brasil, há uma multiplicidade de obras. Limito-me, aqui, a referir duas obras: Singer e Brant (1982), e Giovantetti (1991).

numerosas áreas do interior os camponeses passaram a apresentar resistência crescente às tentativas de expulsá-los da terra. Na periferia das metrópoles e cidades, os moradores passam a se organizar para exigir das autoridades serviços indispensáveis à vida urbana.

Apesar das dificuldades políticas e econômicas, das esperanças frustradas em relação ao processo político, não se pode esquecer que, durante os anos 70 e o início dos anos 80, foram-se fortalecendo, no Brasil, as lutas sociais e as instituições que delas emergiram. Essas instituições, construídas com muita luta ao longo dos anos, vão-se esforçando para progressivamente passar a não depender, na sua autoconfiguração e no seu comportamento, da direção do Estado. Elas tiveram relativo avanço no sentido de buscar exercer uma função fiscalizadora. E isso possibilitou alguma perspectiva de crítica e até de indignação em relação ao que ocorreu e ainda ocorre no plano ético e em suas conseqüências sobre o econômico, o político e o social.

Em decorrência desse processo de constituição de instituições autônomas, tornou-se cada vez mais difícil manter a transição dentro do leito das reformas político-institucionais. Na realidade, as dificuldades decorriam do embaraço em encaminhar um conjunto de crises que estavam fora do limite institucional e político. Em sucinta exposição, Fernandes (1986, p.9) faz uma brilhante interpretação dos dois momentos (1964 e 1985):

Ameaçadas (ou supondo-se ameaçadas), elas [as classes capitalistas] recorrem ao seu braço armado, implantam uma ditadura civil-militar e fazem a vitória pender para a contra-revolução. Em seguida descobrem que os mesmos problemas e dilemas sociais que criavam desassossego e inquietação social, colocando as "revoluções burguesas" na ordem do dia, são arraigadas demais para serem resolvidas dentro da ordem, sem aquelas revoluções; temerosas das conseqüências e do agravamento das tensões, que as dividem entre si e jogam facções e estratos das classes possuidoras em campos opostos (pelo menos politicamente), elas dão marcha à ré, recolhem os militares ao quartel e interrompem a contra-revolução.

A interrupção acontece no momento que convém à classe burguesa, aliada ao grupo militar como corpo de gestores no interior dos aparelhos do Estado R e em alguns órgãos do Estado A, de tal modo a assegurar a continuidade dos privilégios, em um processo de transição lento, seguro e gradual. O cenário é construído para uma saída honrosa. Como afirma o autor (FERNANDES, 1986, p. 11).

Uma ditadura em crise, que logra determinar o que vem depois, assegurando a seus pares e a seus aliados uma transição e

conferindo-lhe um teor especificamente político, é uma ditadura semiglória, que amarga uma derrota com sabor de vitória. Se as coisas são assim, algo existe que deve ser desvendado. Os militares sozinhos não poderiam decretar a contra-revolução e dar um golpe de Estado de êxito retumbante. De novo, os militares não poderiam dar marcha à ré sozinhos e, ao mesmo tempo deixar todo o terreno minado. O mudancismo dócil não é uma esfinge. Ele declara ostensivamente que a contra-revolução foi interrompida no tope e para o proveito dos de cima. O que sublinha que os militares e civis dos estratos dominantes das classes altas não romperam as composições que conduziram, primeiro, à ditadura, e, em seguida, a uma mortífera transição conservadora.

De fato, a transição democrática que caracteriza a "Nova República" se processa sem ruptura com a ordem anterior⁵. Uma das evidências dessa continuidade é a participação de numerosos representantes da Velha República, a começar pelo Presidente empossado - José Sarney - e de vários Ministros, tais como Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães, entre outros, com papéis e discursos adaptados às circunstâncias atuais. Não obstante, configura-se uma transição que, apesar de seus vínculos com o passado, apresenta traços progressistas. Esse caráter não plenamente conservador deve-se às intensas mobilizações sociais da década de 70, aliadas às transformações infra-estruturais, à reestruturação ocupacional urbana, ao assalariamento da classe média e ao processo de favelamento das grandes cidades. Em decorrência das profundas mudanças na estrutura produtiva, surge o novo sindicalismo. Por "novo sindicalismo", compreende-se o movimento dos trabalhadores em direção à construção de um sindicalismo de massa, autônomo, livre, democrático e de classe. Tal movimento, com caráter ideológico explícito, resultou concretamente na criação, em 1983, da CUT (Central Única dos Trabalhadores)⁶.

⁵ Sob o título "Velha Figura, Nova Roupagem", Schwarcz (1985), comenta as semelhanças entre a Jovem República de Deodoro e Floriano e a Nova República de 1985. Segundo a autora: "Assim como a Nova República dos nossos dias, a 'Jovem República' trazia consigo, e já no nome, a imagem da mudança e da renovação. Modificavam-se nomes, cores, representações e imagens. Surgia o novo regime com todo um aparato que buscava desvincular o Brasil da já desgastada e caquética imagem do Império, sobre quem recaíam agora todas as qualificações negativas, como se ele, por si só e junto com sua figura máxima - D. Pedro II - significasse em si o 'atraso', o 'barbarismo' e o inverso da civilização". (...) "Assim, se por um lado acenava-se com a novidade política e social, o velho fantasma do continuísmo parecia afligir à população que logo após a Proclamação assustava-se com os velhos nomes que se apresentavam agora como representantes legítimos da nova situação".

⁶ A tentativa de criação de centrais sindicais no Brasil vem de longa data: 1908 - tentativa de criação da COB (Confederação Operária Brasileira); 1929 - tentativa, pelo Partido Comunista

O movimento do "novo sindicalismo" opunha-se frontalmente ao "sindicalismo oficial", cujas origens remontam aos anos 30⁷, tendo apresentado nova forma de expressão, em 1986, pela via do "sindicalismo de resultados", representado pela CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores).

Os setores médios (trabalhadores em serviços, autônomos, por exemplo), em face das pressões de seu crescente assalariamento, buscou sindicalizar-se e associar-se aos setores populares organizados e em luta por melhores condições de vida. A erupção de fortes movimentos sociais populares, especialmente os dos trabalhadores assalariados, muitas vezes à margem da luta institucional, no período de 1978 a 1980, causou impacto sobre a legitimidade do Governo militar, esvaziando-o.

Vale salientar que as greves desse período romperam com a ordem estabelecida, criando um fato novo. Na verdade, essas greves, sobremaneira as de 1978,

do Brasil, de criação da CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros); 1935 - tentativa de criação da CSUB (Confederação Sindical Unitária Brasileira); 1962 - tentativa de criação do PUA (Pacto de Unidade de Ação) e do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Essas instituições não se configuravam como centrais sindicais, mas como unificação sindical. Além disso, expressavam muito mais a vontade de um partido, no caso o PCB, do que mesmo um movimento a partir dos trabalhadores. Somente nos inícios dos anos 80, com o amadurecimento das condições econômico-sociais, surgem as principais centrais sindicais - CUT (1983) e CGT (1986). Um marco histórico relevante na formação das duas centrais sindicais foi a realização da I CONCLAT (Primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), realizada em agosto de 1981, da qual participaram todas as facções militantes do meio sindical. Nessa I CONCLAT explicitaram-se as divergências profundas que separam as duas centrais e que refletem diferentes concepções políticas e doutrinárias relativas ao papel do sindicalismo na realidade brasileira. Na CUT, ficaram os sindicalistas ditos "combativos", junto com os militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e dos pequenos grupos de orientação marxista, leninista ou trotskista. Na CGT, ficaram os dois partidos comunistas, o MR-8, os sindicalistas ligados ao PMDB e, ainda, os dirigentes mais próximos do sindicalismo norte-americano, liderados por Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo. A Magri aliou-se Luiz Antônio Medeiros, na condição de novo presidente do maior sindicato do País - o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A CGT caracteriza-se por ser "sindicalismo de resultados", enquanto a CUT, por ser "sindicalismo de contestação". A CGT prefere as mobilizações de categorias e os acordos isolados com as empresas, colocando a negociação na frente da greve. A CUT investe nas grandes mobilizações e nos movimentos grevistas de caráter nacional. Em termos ideológicos, a opção da CUT, assumida oficialmente em 1986, é pelo socialismo, e a CGT é pela economia de mercado. Para a elaboração desta nota, baseei-me em duas obras: BOITO (Org.) *et al.* (1991) e GIANNOTTI, LOPES NETO (1990).

⁷ Em 1931, durante o Governo de Getúlio Vargas, é assinado um decreto (nº 19.770, de 19/3/31) que distingue os sindicatos dos empregados e os dos empregadores. Esse decreto modifica a legislação anterior, de 1907, que dava ao sindicalismo a liberdade para definir quem pertencia ou não ao sindicato. A nova lei estabelecia quem podia pertencer ao sindicato e o funcionamento do sindicato passa a depender de registro no Ministério do Trabalho, criado em 4 de fevereiro de 1931, pelo Decreto nº 19.667.

aconteceram apesar da lei proibitiva de greve, das normas estabelecidas sobre política salarial e da legislação sindical.

Em uma sociedade que se vai organizando, diversas instituições sociais pautaram-se pela luta em favor da democracia. Dentre elas, destacam-se as organizações sindicais, a Igreja, por sua ala progressista, diversos órgãos representativos (os setores médios), como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), e alguns partidos políticos.

O Partido Democrático Brasileiro (PMDB) recebe essa denominação após a reforma partidária de 1979, que estabeleceu a possibilidade de um amplo espectro de partidos políticos. Vale lembrar que sua origem remonta ao período pós-Golpe de 1964, quando o regime autoritário agregou os treze partidos existentes em duas agremiações - Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista, e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição.

Uma das explicações do êxito do regime autoritário na instauração do bipartidarismo aponta para a descontinuidade e debilidade congênita do sistema partidário, no desenvolvimento político brasileiro. Tais fatores impossibilitaram fortes identidades políticas que permanecessem enraizadas socialmente e que oferecessem, por conseguinte, resistência em período de instabilidade ou perante um Golpe de Estado.

O MDB, mais tarde PMDB, foi a oposição institucional situada fora do poder. Por assim configurar-se, aglutinou as forças eleitorais com apelo populista, como é o caso do extinto Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Para ele canalizaram-se os votos de protesto em 1966 (quando conquistou 16 das cadeiras para o Senado), 1970, 1974 e 1978.

A limitação da escolha, desde o início do bipartidarismo, levou a uma tendência de identificação entre o PMDB e as classes trabalhadoras, com seus anseios globais. É de se supor que essa identificação tenha possibilitado que, no plano nacional, desde 1966, o PMDB fosse vencedor, especialmente nas capitais e nas regiões mais industrializadas. Segundo Meneguello (s/d, p.10), respaldando-se em estudos específicos, "(...) entre as eleições de nível proporcional de 1970 e de 1974, enquanto a ARENA obteve um aumento de votos equivalente a 9,1, o MDB obteve um incremento de 129,2 votos. Em 1978, a tendência do crescimento foi reiterada".

Somadas às transformações conjunturais mencionadas anteriormente, as vitórias oposicionistas e, por conseguinte, suas pressões aceleraram a já citada reforma partidária de 1979. Essa foi uma forma de absorção dos conflitos sociais e das

demandas por democratização pela via eleitoral. Essa reforma trouxe à cena política o PTB, sigla que foi disputada por Ivete Vargas e Leonel Brizola. Vencido, com a conseqüente perda da sigla partidária - PTB -, Leonel Brizola cria o PDT (Partido Democrático Trabalhista). Além destes, constituíram-se como partidos, nessa reforma, o PMDB, do qual já se tratou, o PDS, partido resultante da ARENA, com posições explicitamente de direita e de apoio ao regime militar, e o PT.

Vale fazer uma breve retrospectiva do contexto em que surge o PT, em 1979. Sua importância decorre do processo de organização política das classes trabalhadoras, o que lhe dá uma raiz societária. Inegavelmente, ele representou um marco histórico de caráter político para as classes trabalhadoras. Apresentava uma proposta de representação autônoma, organizada em torno da articulação de setores do moderno operariado industrial e dos movimentos populares, e comprometida explicitamente com suas lutas. Rompeu com os padrões de organização partidária existentes no País, colocou em cena política os trabalhadores, para além das reivindicações de cunho corporativista, constituiu uma alternativa de opção político-partidária para os trabalhadores, com base na sua organização social, marcando a diferença em relação aos partidos políticos de orientação populista.

A trajetória do PT está estreitamente relacionada à construção do "novo sindicalismo" no Brasil. Teve sua origem nas organizações sindicais dos trabalhadores do ABC paulista, onde se situa o mais moderno parque industrial do País e onde ocorreram as primeiras greves que romperam com as normas vigentes, como já relatei. Nesse quadro, o novo sindicalismo assume o papel de protagonista das lutas pela democracia no País, ultrapassando as reivindicações de caráter trabalhista. Contudo, havia limites político-institucionais para que a estrutura sindical levasse à frente as bandeiras de luta pela emancipação política e social dos trabalhadores, em suma, pela cidadania plena. Esses limites indicaram a necessidade de criação de um partido político diferente dos existentes, que expressasse formalmente e na prática um compromisso classista, mas que, ao mesmo tempo, englobasse as diversidades dos setores e das reivindicações das classes trabalhadoras na conquista de seus direitos, usurpados pelo regime autoritário.

Com esse quadro partidário, ocorrem, em 1982, as primeiras eleições para Governadores estaduais. De um lado, situavam-se os partidos que guardavam vínculos com o trabalhismo antes de 1964, e o PT, com base no movimento das classes trabalhadoras. De outro, o PMDB, que representava a oposição generalizada ao regime

autoritário e estava fortalecido pelas vitórias eleitorais durante o regime militar. Essas eram as opções político-partidárias da classe trabalhadora, em oposição ao partido expressamente conservador e aliado do regime, o PDS.

Nessas eleições, o PT apenas indicou sua presença como força política, obtendo 3% dos votos do País como um todo. O PDT marcou presença com a eleição de Leonel Brizola para Governador do Rio de Janeiro e o PMDB caracterizou-se como o grande vencedor oposicionista, para o qual convergiram os votos dos trabalhadores.

Esse retrospecto histórico teve como objetivo demonstrar que a transição do regime militar para a "Nova República", apesar dos seus vínculos com o passado, assinala uma retração do Estado Restrito em face do Estado Amplo. Possibilita, também, afirmar que a Nova República não se constituiu de um grupo homogêneo.

A heterogeneidade na sua composição de forças resultava de uma ala mais conservadora, que representava os interesses do capital nacional e internacional, de parte do estamento militar, marcadamente autoritário, e de uma ala progressista - que agregava os capitalistas modernizantes, também representantes do capital monopolista e internacional, composta por empresários liberais, economistas estruturalistas do PMDB, novas lideranças políticas reformistas, parte da burocracia militar e civil, todos descrentes com o regime autoritário e insatisfeitos com a ineficiência de sua tecnoburocracia. Essa ala obviamente já tinha clareza quanto à retração do Estado R e da crescente hegemonia do Estado A, em face da transnacionalização da economia.

Apesar dos entraves e freios colocados pela ala conservadora, a hegemonia da ala progressista consubstanciou-se. Vale salientar que essa supremacia vem sendo construída desde o fim, ou melhor, desde a desmitificação do "milagre econômico". Importa lembrar que ao período do "milagre econômico", que se estendeu de 1968 a 1973, seguiu-se, após uma inflexão do crescimento, um processo de desaceleração da economia, que haveria de adentrar os anos 80. A partir de 1981, é sobretudo agravada a crise econômica do País.

Os planos econômicos adotados no período de 1981-1984 promoveram o ajustamento externo da economia, mas não impediram que a inflação se acelerasse. Pode-se dizer que foi uma fase de resposta positiva do País à chamada "crise do petróleo". Todavia, os custos foram altos, em termos inflacionários, com repercussão na política de crescimento, na acumulação da dívida externa, condicionando a política econômica brasileira nos anos 80.

Reflete esses condicionamentos a desestruturação do setor público, no seu papel estratégico de impulsionador do desenvolvimento econômico. E essa desestruturação passa a ser um dos indícios mais significativos da retração do Estado Restrito. Não há mais meios de mascarar o fim do "milagre econômico" e, com o seu fim, tem início um período difícil, no sentido de fazer com que as medidas econômicas fossem politicamente aceitáveis. A situação se agrava por falta de uma estratégia clara para superar a crise econômica.

Assim, a hegemonia da ala progressista teve como determinantes, entre outros, a crescente resistência ao regime, por parte da população em geral, expressa, entre outras formas, pelas greves de 1978 a 1980, pela expressiva votação do PMDB nas eleições de 1974 e 1978; a insatisfação do empresariado com a política econômica; a inflexibilidade e o fechamento dos governos militares.

O regime militar vai progressivamente perdendo sua razão de ser. Pressionado, dá início, em 1974, sob o comando do General Ernesto Geisel, então Presidente pela via indireta, a um processo de abertura lento e gradual, que chega até o mandato do General João Figueiredo.

No começo da década de 80, o regime contava com uma base de sustentação muito estreita entre as elites. A eleição dos Governadores de oposição, em 1982, e a posse desses Governadores, em março de 1983, causam impacto sobre o sistema político, que passa a funcionar com duas bases: em nível federal, o regime militar, e em nível estadual, Governadores eleitos pelo voto popular. Ambos os grupos buscam sua legitimidade.

Além disso, novos desafios apresentam-se à oposição. Em 1982, mais de 90% do grupo de maior renda, em São Paulo, queriam eleições diretas para Presidente, segundo pesquisa do Gallup. Grupos dos setores médios, tais como jornalistas e advogados, uniam-se aos movimentos trabalhistas contra o regime. Em 1984, a campanha por eleições diretas se fortalece. Assume proporções gigantescas. Ganha as ruas e as praças. É institucionalizada.

E, com essa institucionalização, o movimento, que representa o desdobramento de todas as lutas da década de 70 e do início de 80, reduz-se à campanha para eleição do Presidente. Essa redução foi precisamente o mecanismo de recuperação das lutas sociais de toda uma década e do início de outra. Vale registrar, aqui, o lúcido comentário de Francisco Weffort (1988, p.15):

Surgindo em meio a uma situação de aprofundamento da crise social, a campanha das diretas é, porém, entendida em termos estritamente institucionais. É certo que neste momento, os movimentos dos trabalhadores, muitos deles agrupados em torno do PT, lutam contra a política econômica do governo Figueiredo. Também é certo que segmentos do PMDB erguem a voz contra o que chamam de **modelo econômico do regime militar** (aliás o mesmo modelo ao qual estes segmentos serviam nos governos de estado que haviam conquistado em 1982). Mas, na campanha das diretas, prevalece o acordo tácito de que o centro da luta é apenas a eleição direta do presidente, a qual assinalaria o fim do regime militar. Passam, deste modo, para um plano inteiramente secundário os temas econômicos e sociais, sobre os quais cada força política se reservava a sua própria interpretação. O preço da unidade no campo institucional era sua completa separação do campo das questões sociais.

É oportuno registrar, aqui, uma observação de Bruno (1991, p.67) sobre o deslocamento do foco de luta do proletariado:

... Sempre que o proletariado desvia a sua luta do Estado Amplo para o Estado Restrito, essa luta deixa de ser uma luta contra o capital e passa a ser uma luta mediatizada pelos gestores operantes neste aparelho do poder e contra grupos particulares de capitalistas. Na melhor das hipóteses, o único resultado que daí advém é um possível incremento dos benefícios sociais que incidem sobre a sua produção e reprodução enquanto classe explorada.

No âmbito do Estado Restrito a luta proletária está de início derrotada, não só porque os objetivos que aí persegue não são os seus próprios, mas porque este é o campo institucional das disputas intercapitalistas. Quando a classe trabalhadora direciona as suas lutas para este aparelho de poder, ela participa exclusivamente da reorganização das classes dominantes, ainda que seus **“representantes”** afirmem o contrário.

Em muitas das manifestações da campanha pelas *"diretas já"* para Presidente, os Governadores da oposição, como Franco Montoro, de São Paulo, Tancredo Neves, de Minas Gerais, e Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, fizeram-se presentes. Pronunciaram discursos. Convocaram a multidão para prosseguir o movimento. Emergiram como líderes das articulações inter e intrapartidos, para produzir um líder que unificasse a oposição e, ao mesmo tempo, não ameaçasse os militares com revanchismo, ou o capital nacional e estrangeiro com mudanças rápidas e radicais. Tancredo Neves reunia as condições de um candidato moderado, que demonstrou, na prática, um profissionalismo político. Com toda essa efervescência, esvai-se o que resta de coesão do regime militar.

Aos poucos, o discurso dos militares vai-se flexibilizando, a reboque do fortalecimento da oposição. Em 1981, o documento *Complementos da Doutrina*, do Estado-Maior das Forças Armadas, publicado pela Escola Superior de Guerra, reconhece que "... o direito à oposição política é um dos princípios fundamentais da democracia. O princípio da liberdade assegura a todos o direito de discordar da opinião dos que detêm, no momento, o Poder Público." (BRASIL. Estado-Maior das Forças Armadas. ESG, 1981, p. 94).

A modificação da doutrina de segurança nacional era uma decorrência do plano dos militares de controlar a sucessão presidencial, em 1985, e de assegurar que a oposição não tivesse chance de assumir a Presidência. Era de interesse institucional dos militares assegurar que, ao abrir mão do Governo, ele fosse transferido para um civil favorável ao regime, que os protegeria do revanchismo, deixaria intacto o sistema de segurança nacional, daria continuidade à indústria de armamento, manteria a presença de funcionários militares em todas as empresas estatais ligadas à segurança nacional, de modo especial as de telecomunicações, armamentos e informática (1986:10).

Com efeito, o conjunto de crises ultrapassa o limite institucional e político. Coloca em xeque o regime e a forma de Estado - intervencionista. Pode-se dizer que estão em crise o padrão de articulação entre capitais locais (privado e estatal) e o capital internacional; a relação entre o setor público e o privado, no processo de desenvolvimento capitalista; a forma de administrar os interesses sociais gerados na sociedade civil, que se torna mais complexa, os quais não podem mais ser resolvidos por mecanismos de representação/cooptação por parte do Estado.

Diante de todos esses elementos que evidenciavam o declínio e a crise do Estado R, tornava-se imperioso, para os capitalistas, buscar novas formas políticas para exercer seu domínio de classe, de modo a resolver suas divergências e a assimilar as pressões sociais. É dentro dessa conjuntura que vão surgindo novas lideranças empresariais, mais despertas para as necessidades de mudanças, e intelectuais, especialmente economistas estruturalistas⁸ ligados ao MDB, que criticam a política econômica oficial e apresentam propostas alternativas progressistas.

⁸ A corrente estruturalista em Economia tem por berço a CEPAL - órgão das Nações Unidas para a América Latina. Caracteriza-se por dar explicações históricas para o subdesenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. São expoentes dessa corrente, no Brasil, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Ignácio Rangel, Roberto Simonsen, que expandiram essa concepção por intermédio de numerosos discípulos. Entre as Universidades brasileiras, a PUC do Rio de Janeiro notabilizou-se pela sistematização, por Francisco Lopes, do pensamento heterodoxo,

A associação entre os empresários modernizantes⁹, que se ligaram ao MDB e os economistas estruturalistas possibilitou o surgimento do Primeiro Documento dos Empresários divulgado em fins de junho de 1978. Esse documento é a síntese do projeto de hegemonia da burguesia modernizante. Ele pode assim ser considerado na medida em que propõe, em termos políticos, um amplo pacto baseado no fortalecimento da indústria nacional, no saneamento do sistema financeiro, no estabelecimento de instituições democráticas e na atenuação das desigualdades sociais. Em termos econômicos, o documento propõe um modelo baseado no setor de bens de produção e nas obras de infra-estrutura, favorecendo, assim, a indústria de base¹⁰ e suprimindo as carências da população, tais como habitação, saúde, transporte e saneamento básico. É oportuno registrar a observação de Mantega (1986, p. 29) sobre os que subscreveram o primeiro documento dos empresários: "Não é por acaso que a maioria desses empresários eram membros da ABDIB (Associação Brasileira da Indústria de Base) e seriam diretamente beneficiados com um modelo econômico mais voltado para a indústria de base, em contraposição ao modelo do milagre, capitaneado pelas empresas estrangeiras do setor de bens de consumo duráveis".

cujas origens parecem remontar à corrente estruturalista, razão pela qual são conhecidos como neo-estruturalistas. Francisco Lopes, em equipe com André Lara Resende, Pérsio Arida e Eduardo Modiano, desenvolveram a denominada *teoria da inflação inercial*, que serviu de base aos choques heterodoxos, expressos nos planos econômicos da "Nova República", no Brasil, da Argentina e do Peru. Ainda que com posições teóricas e políticas diferenciadas, são identificados como seguidores dessa corrente numerosos economistas, muitos deles professores em renomadas universidades brasileiras, tais como: José Serra, Luiz Gonzaga Belluzzo, Antonio Kandir, Zélia Cardoso de Mello, Luiz Carlos Bresser Pereira, João Sayad, Edmar Bacha, entre outros. A receita heterodoxa para estabilizar a economia é combater o fator inercial da inflação, isto é, a sua capacidade de se realimentar com a própria inflação passada. Diferem dos ortodoxos (dentre eles, Mário Henrique Simonsen, Delfim Netto, Carlos Langoni, Afonso Celso Pastore, Maílson da Nóbrega, Roberto Campos), na medida em que estes propõem como receita para conter a inflação e estabilizar a economia, a contenção dos gastos públicos, a restrição do crédito e o corte na emissão de moedas, visto que consideram serem estas as causas principais do déficit público. Os heterodoxos consideram que tais medidas levam à recessão, e as criticam por não considerarem o "conflito distributivo". Vale salientar que, nesta nota, não visou a fazer a crítica das posturas expressas pelas duas linhas, mas tão somente caracterizá-las.

⁹ São figuras representativas dessa corrente capitalista modernizante Antônio Ermírio de Moraes, Severo Gomes, Cláudio Bardela, Abílio Diniz, José Mindlin, Dílson Funaro, entre outros.

¹⁰ É oportuno registrar a observação de Mantega (1986, p.29) sobre os que subscreveram o primeiro documento dos empresários: "Não é por acaso que a maioria desses empresários eram membros da Associação Brasileira da Indústria de Base (ABDIB) e seriam diretamente beneficiados com um modelo econômico mais voltado para a indústria de base, em contraposição ao modelo do milagre, capitaneado pelas empresas estrangeiras do setor de bens de consumo duráveis".

O projeto de hegemonia da burguesia, expresso no citado documento, defende o regime democrático. Considera, também, necessário sanar "as desigualdades sociais mais profundas", visto estarem "pondo em risco, a longo prazo, a estabilidade social e exigindo, de imediato, soluções compatíveis com as exigências de uma ordem social moderna", onde haja "uma ampla participação de todos", "uma política salarial justa" e "liberdade sindical".

Tão radical mudança de retórica, por parte dos mesmos capitalistas que pouco antes consentiam nos abusos do regime militar em relação aos direitos dos cidadãos, só se torna compreensível em face da premente necessidade de estabilizar a economia de mercado e de salvaguardar o sacrossanto sistema de livre iniciativa, ameaçado pela massa organizada. Assim sendo, impunha-se, pelo menos na aparência e no discurso, acenar para o "*estado de bem-estar social*", mesmo quando esta nos países mais desenvolvidos estava em pleno desmantelamento. Em passagem, com muita propriedade, Mészáros (1987, p.34-5) refere-se à mudança de retórica típica nas situações de crise, quando o controle social se faz necessário:

O fato é que nos deparamos aqui com uma contradição interna de um sistema de produção e controle: um sistema que não pode evitar o aumento das expectativas, mesmo ante a ameaça de um completo colapso de sua capacidade em satisfazê-las. E é justamente nestes momentos de colapso que soluções quixotescas e substitutivos são propostos com tanta paixão **humanitária**. Até ou antes que tais momentos se apresentem, ninguém em sã consciência questiona a sábia superioridade da **eficiência de custos, espírito empresarial, eficiência tecnológica, razões econômicas** e outros semelhantes. Porém, tão logo o sistema é incapaz de fornecer os bens que momentos antes anunciava ruidosamente - apontando confiadamente, antes da erupção de distúrbios estruturais, sua capacidade de suprir expectativas em progressão como demonstração auto-evidente de sua superioridade sobre todos os modos alternativos possíveis de produção e controle social -, seus apologistas imediatamente mudam de pregação sobre **eficiência de custos** e as **razões econômicas** para o sermão sobre a necessidade da **auto-renúncia** e do **idealismo**, imperturbáveis não apenas quanto à sua brusca mudança de rumo como também em relação ao irrealismo retórico de suas **soluções desejáveis**.

Em outras palavras, era uma forma de recuperar, ainda que refuncionalizada, as aspirações sociais que foram emergindo ao longo da década de 70 e no início dos anos 80. Esta recuperação será objeto de estudo do próximo tópico.

2- A INFLEXÃO DO ESTADO NO MODO DE GERIR O SOCIAL: UMA EXIGÊNCIA EM TEMPOS DE CAPITALISMO MONOPOLISTA PARA FAZER FRENTE AO CONJUNTO DE CRISE

É com essa retórica, em que nem tudo pode ser mistificado, que um projeto capitalista alternativo é produzido, com o apoio maciço do grande capital. Esse projeto atinge o seu ponto culminante com a constituição da Aliança Democrática (PMDB - PFL), com o apoio da esquerda reformista e com a escolha, pelo Colégio Eleitoral, do nome de Tancredo Neves para Presidente.

Morre Tancredo. Substitui-o José Sarney, que, por ironia, no Congresso, lutara contra as eleições diretas para a Presidência da República. Era a solução possível para o arremedo de substituição do Governo militar. No entanto, como afirma Éder Sader (1986, p.53):

O povo viu naquele momento a forma possível para livrar-se do antigo regime. A maioria consagrou isso de algum modo, deixando no isolamento os setores que ficaram inconformados com a solução. Por esta razão, a legitimidade do novo regime está muito relacionada com a capacidade que ele tem de mostrar os fantasmas do velho. A coisa complica-se, pois, quando esse velho, que estava atrás, junta-se com o novo, na defesa de questões fundamentais.

A "Nova República" funda-se no paradoxal propósito de uma transição democrática com justiça social, de manutenção, sem revanchismo, do aparato militar, e de continuidade do regime econômico. Empossado Sarney, tratava-se de implementar o projeto alternativo capitalista adequado para configurar novo patamar da acumulação capitalista. As bases desse projeto, como se pode constatar pelas exposições anteriores, já estavam lançadas, por meio de centenas de articulações, enquanto se produzia a candidatura de Tancredo Neves. Havia, no entanto, necessidade de recuperar as reivindicações dos movimentos sociais, as frustrações decorrentes da derrota da Emenda Dante de Oliveira, que defendia eleições diretas para Presidente, bem como o descrédito de muitos setores sociais quanto às perspectivas de mudanças.

Na tentativa de verificar novas estratégias para gerir o social, em face da já citada situação paradoxal sobre a qual se assentam as suas bases, considero importante focalizar alguns empreendimentos e acontecimentos do primeiro Governo da "Nova República". Uma das bandeiras de campanha do PMDB girou em torno da

necessidade de uma nova Constituição democrática, à qual fossem incorporadas as medidas liberalizantes, redefinindo-se o papel do Estado nas suas relações com a sociedade. Uma vez no poder, buscou-se concretizá-la. Todavia, na prática, os entraves não foram poucos. De início, contava-se com uma Constituinte, ao invés de soberana, limitada ao Poder Legislativo, cuja composição era de Senadores eleitos em 1982.

Convém notar também que os constituintes não foram eleitos na proporção do número de eleitores de cada Estado da Federação. Outra circunstância agravante era o atrelamento do calendário da Constituinte ao dos demais poderes, especialmente ao calendário eleitoral.

A discussão ampla com a população ficou como dívida de um processo em que novamente imperou o divórcio entre as instituições políticas e a população. Não obstante, dois pontos que indicam avanço qualitativo necessitam ser registrados.

Primeiro, o importante processo de liberalização, fruto do trabalho de lideranças políticas de esquerda, que se reuniam em comissão do Congresso durante o ano de 1985, com o objetivo de limpar o chamado "entulho autoritário", no qual se incluíam os impedimentos para o ressurgimento dos partidos comunistas. Todavia, vale salientar que o processo de liberalização vinha crescendo desde antes da "Nova República", como decorrência da crise do Estado e do crescimento da capacidade de organização de segmentos da sociedade. Como exemplo, citam-se o fim do Ato Institucional nº 5 e a conquista da anistia para os exilados políticos.

Segundo, o papel exercido pelos partidos políticos de esquerda, de modo especial, o PT, o PSB, o PC do B e o PCB, na vigilância e na defesa dos direitos trabalhistas e sociais de modo geral¹¹. Nesse sentido, não há como discordar da posição assumida por Meneguello (s/d., p. 22), ao afirmar que:

Apesar de algumas das principais reivindicações dos trabalhadores não terem sido obtidas na nova Carta (a jornada de 40 horas semanais, a estabilidade absoluta de emprego), a breve análise das medidas estabelecidas pela Constituição de 1988 permite afirmar que houve uma real alteração do quadro de relações trabalhistas no país e uma significativa ampliação do escopo de direitos sociais dos trabalhadores.

¹¹ Considero oportuno registrar aqui, o trabalho de pesquisa organizado pelo DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP) (1988). Nessa pesquisa, constatou-se que, dos 573 parlamentares, apenas 66 receberam nota 10 numa avaliação sobre sua posição em relação às questões defendidas pelos trabalhadores, tais como salário mínimo real, jornada semanal de trabalho de 40 horas, salário adicional de férias, entre outras.

Este quadro inovador ao nível global não deve ser conferido, entretanto, à existência de uma forte identidade entre os interesses específicos do mundo do trabalho e as orientações políticas da grande maior parte do Congresso Nacional. É sabido que as conquistas sociais e trabalhistas foram fruto de difíceis negociações, condicionando outras alterações constitucionais maiores.

Embora se possam observar alguns avanços em termos constitucionais, constatam-se, no período, repressões às greves, censura, mortes de líderes sindicais em várias regiões do País onde o latifúndio impera e têm seus representantes no Parlamento.

Uma explicação plausível para esse paradoxo entre o estado de direito e a dinâmica social é dada por Chauí (1986, p.78):

Quando não funciona diretamente como uma ditadura política, o estado de direito é indissociável de uma determinada legalidade que estabelece os direitos dos cidadãos. Portanto, não se trata de uma contradição.

A única forma em que o sistema capitalista pode garantir a existência de indivíduos e não de classes sociais é produzir um estado de direito que garanta a posse de uma legalidade para validar os direitos individuais. Se um indivíduo existe, então o estado de direito está vinculado à idéia de atomização social.

Entretanto, a contradição é outra. O sistema capitalista, pela necessidade interna da própria lógica, tem que admitir a existência de direitos, nem que seja na forma de abstrações das idéias de cidadania. Por si mesmo, cria um espaço em que a idéia de direito é uma realidade. A partir daí, existe uma dinâmica pela qual a sociedade, tendo forças para se organizar, faz com que o movimento adquira força contestatória, reivindicativa e de pressão. Ela ultrapassa o estado de direito na medida em que estabelece um novo direito.

Ao invés de termos a linguagem radical que desqualifica o estado de direito, fazendo parte da dominação burguesa, é fundamental ver a contradição que a dominação burguesa enfrenta ao introduzir, como necessidade dela, o estado de direito.

O movimento que levou à "Nova República" trouxe consigo a promessa de mudança, mas, ciente dos seus limites, trouxe, também, vocabulário preparado para o contínuo processo de cooptação dos movimentos sociais que a transição sem ruptura exige. Dentre esses vocábulos, alguns destacam-se sobremaneira, por exemplo, "conciliação", "pacto social", "modernização" e "participação", inclusive pela forma articulada com que muitas vezes são usados.

Avalizam-se as ações por meio da retórica da modernidade. Tacitamente, tenta-se persuadir a opinião pública de que, pela via dessa modernidade, seja possível atingir a equidade social. O velho discurso da segurança nacional e do combate à subversão cede lugar a um discurso que enfatiza a "integração social", o "redistributivismo" e o "participacionismo". É dentro dessa lógica que ocorre a mudança no conceito de planejamento, o qual, de instrumento meramente técnico, passa a ser entendido como um processo, e, por isso mesmo, dinâmico. E a associação vocabular ganha peso: modernização participativa e busca da conciliação, por meio do pacto social.

3 - O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO COMO RECURSO TÉCNICO PARA VIABILIZAR UMA "ABERTURA" SOB CONTROLE E UMA DEMOCRACIA RELATIVA.

Partindo do pressuposto de que o planejamento é a forma mais racional de se apontar o caminho do desenvolvimento, dadas as características de uma economia, e de que, por assim ser, suas previsões de mudança são feitas por meio da escolha de variáveis relevantes para explicar a situação, nada mais oportuno que rever as intenções formais do I PND/NR (Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República). Não estou, aqui, questionando a eficiência e a eficácia do plano, mas tão somente sua capacidade de previsão, a partir do discurso da modernização participativa.

Considero oportuno registrar, aqui, um conceito de planejamento que leva em conta a dinâmica do capitalismo, sem mistificação, em contraponto à concepção que procura mostrar que o desenvolvimento do capitalismo, em sua lógica, é capaz de anular a existência das classes sociais, pela via da modernidade e da participação:

Planificar é prever, o que resulta fundamentalmente da centralização, ou da coordenação centralizada, dos investimentos, quer dizer, da procura dos meios de produção, matérias-primas e mão-de-obra. Enquanto o capitalismo durar, o desenvolvimento da integração econômica implicará o reforço da planificação e a ampliação de seu âmbito, sem acarretar qualquer superação do mercado, mas apenas formas de mercado planificado. Por isso pode o grau de previsão ser maior e as flutuações econômicas atenuarem-se, sem que isso evite nunca as crises. Flutuações e crises distinguem-se e a profundidade de uma crise não decorre da amplitude das oscilações que a precederam. Em suma, a ação coordenadora no nível político, na economia e a planificação do mercado não surgiram apenas graças a desenvolvimentos tardios do

capitalismo e muito menos são aspectos contraditórios com este modo de produção, mas constituem precisamente um dos seus eixos de continuidade". (BERNARDO, 1991, p. 165).

Da leitura do I PND/NR sobressai a mudança do discurso em direção a uma nova forma de manutenção da hegemonia e, por conseguinte, da dominação. Da tônica dos planos de desenvolvimento do Governo militar - *ordem e desenvolvimento* - passa-se para a *democracia e justiça social*, como forma de resgate da dívida social. Fazendo um parêntese, vale lembrar que, nesse período, em todos os pronunciamentos do Governo e em suas propagandas, sempre aparecia o lema *Tudo pelo Social!* Fechando parênteses, o I PND/NR (1986-1989) se define como: "um plano de reformas, de crescimento econômico e de combate à pobreza".

Assim sendo, o I PND/NR (1986-1989) traz, como preocupação fundamental, "o combate à pobreza". Em face da necessidade de reorganizar a forma de gerir a realidade socioeconômica, preconiza uma reforma que retome o crescimento econômico e combata a pobreza. Por pressupor que "nenhum modelo de crescimento é capaz por si só de erradicar a pobreza", advoga a recuperação do salário real, a alocação de investimentos específicos para a erradicação da pobreza, a elaboração de programas sociais de melhoria das condições de vida da população mais pobre e de propostas de descentralização, pela via da municipalização.

Consoante com as articulações que ensejaram a "Nova República" - uma conciliação pelo alto - o novo plano atribui ao setor privado "papel de destaque na retomada do desenvolvimento" e limita o papel do Estado "aos serviços públicos essenciais e atividades produtivas estratégicas".

A Educação, como área social que contribui para a "mobilização de potenciais de crescimento econômico", recebe destaque nos seguintes aspectos: acesso ao sistema escolar, qualidade de ensino, valorização dos profissionais da educação, redução do grande contingente de analfabetos. Nesse sentido, propõe a redefinição das funções da escola de acordo com a realidade brasileira, a renovação do sistema de ensino e a recuperação da escola pública. Para o alcance desses propósitos, o I PND/NR (1986-1989) estabelece objetivos programáticos:

- 1 - universalizar a educação de 1º Grau - Programa Educação para Todos;
- 2- melhorar e ampliar o ensino de 2º Grau - Programa Melhoria do Ensino de 2º Grau;
- 3- redimensionar o Ensino Supletivo - Programa Ensino Supletivo Educação Especial;

- 4- estabelecer padrões mais elevados de desempenho acadêmico, restaurando a dignidade da universidade - Programa Nova Universidade;
- 5- integrar a Educação Física e o Desporto no processo educacional - Programa Desporto e Cidadania;
- 6- utilizar recursos tecnológicos para fins educativos - Programa Novas Tecnologias Educacionais;
- 7- redefinir competências institucionais no exercício dos encargos públicos - Programa Descentralização e Participação.

Em todos os programas, enfatiza-se a valorização dos profissionais da educação, expressa numa política de pessoal que proponha melhores salários, o estabelecimento de promoção por mérito e desempenho, oportunidades de atualização e de aperfeiçoamento.

Depreende-se das prioridades do I PND/NR que a estratégia é a de incorporação dos excluídos pelo sistema excludente que antecedeu à Nova República. Ou, como afirma Chauí (1986, p.67-8):

... a estratégia permite a fraude. Frauda-se um processo ao empregar um vocabulário que não corresponde a nenhuma prática. Isso é importante, pois o tempo da Nova República precisa marcar sua diferença com relação à velha por dois motivos: 1º) existe uma diferença de fato, que é capitalizada; 2º) não existem diferenças fundamentais, e é premente que a indiferença apareça como diferença.

Suponho que essa indiferença seja mais bem apreendida quando se levam em consideração, no período coberto pelo I PND/NR, as principais diretrizes econômico-sociais dos planos econômicos e dos acordos firmados pelo Brasil com o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Ao longo do período citado, foram levados a efeito os seguintes planos econômicos: Plano Cruzado I (março a junho de 1986), Reforma do Plano Cruzado I - "Cruzadinho" (julho a outubro de 1986)¹², Plano Cruzado II (novembro de 1986 a

¹² O Plano Cruzado propunha, por meio do controle de preços, fazer estancar a inflação e estabilizar a economia. Com ele, José Sarney, ainda não refeito do susto de ficar Presidente com a morte de Tancredo Neves e enfraquecido pelas contingências de um Vice que recebe um ministério pré-organizado, sai do anonimato e se torna figura popular. O povo assume o papel de fiscal do controle de preços nos supermercados. Encantado com a efêmera glória, o PMDB manipula o plano com fins eleitoreiros. Este perde, assim, seus objetivos iniciais. Com a vitória nas urnas, em 15 de novembro de 1986, quando o PMDB consegue eleger Governadores em quase todos os Estados da

junho de 1987), Plano Bresser (julho de 1987 a dezembro de 1987), Medidas econômicas do período de gestão do Ministro Maílson da Nóbrega, apelidadas de *Feijão com Arroz* (janeiro de 1988 a dezembro de 1988) e, ainda na gestão do Ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, Plano Verão (janeiro de 1989 a dezembro de 1989). Esses planos não conseguiram mais que o represamento da inflação por determinado tempo, visto que não atacaram pontos nevrálgicos como a distribuição da renda, os desequilíbrios estruturais da economia, o desequilíbrio interno e externo da balança de pagamentos. As políticas econômicas adotadas por meio desses planos, muitas delas com o beneplácito do FMI (Fundo Monetário Internacional), contribuíram para agravar os conflitos internos e os efeitos da inflação sobre as condições de vida dos trabalhadores.

4 - A EXIGÊNCIA DA RACIONALIDADE FORMAL NO DEFRONTAMENTO COM OS "EXCLUÍDOS", SEM INCLUÍ-LOS, E COM A CRESCENTE COMPLEXIDADE DA SOCIEDADE

Se, do ponto de vista da Economia, alguns analistas consideram, radicalizando, que a década de 80 foi uma década nula, do ponto de vista dos trabalhadores, foi uma década de muita luta, que diferia, em sua forma de organização, da luta da década de 70. Só para lembrar algumas dessas lutas, citam-se aquela contra o "disparo do gatilho", no Plano Cruzado II, e aquela pela URP, no Plano Bresser.

A ofensiva da classe trabalhadora, em face de uma economia em crise, fez da década de 80 uma década de busca, por parte da burguesia, da conciliação e do "pacto social". Falar desse pacto exige qualificá-lo. É o que farei a seguir.

A expressão "pacto social", que passa a ser usada no período da "Nova República", tem sua origem na experiência espanhola, após a ditadura franquista, quando o Governo Suárez implementou o denominado "Pacto de la Moncloa", em 1977. Na Espanha, os partidos políticos, da direita à "esquerda oficial", aderiram ao Pacto como uma fiança do processo de democratização.

Em artigo publicado pelo caderno *Folhetim*, da *Folha de São Paulo*, de 7 de abril de 1985, com o título "Quem paga o pacto social", Maurício Tragtenberg

Federação (menos Alagoas), tem fim o I Plano Cruzado e, com ele, as ilusões e a credibilidade do Governo.

analisa as conseqüências desse Pacto, na Espanha. Conclui, com base em dados estatísticos, que quem pagou o pacto social foram os trabalhadores assalariados que tiveram seu poder aquisitivo reduzido, além da perda do direito de greve e da vulnerabilidade a que se expuseram em relação às demissões no trabalho.

No caso brasileiro, a expressão "pacto social" está associada à conciliação política, necessária em face do processo de mobilização das massas e institucionalizada antes que ultrapassasse os limites suportáveis pelo regime, como já expus anteriormente. Assim sendo, o pacto social brasileiro não é outra coisa senão a tradução da conciliação política no nível das classes sociais.

É ilustrativo um depoimento de Luiz Inácio da Silva (Lula), ainda sindicalista, em junho de 1981, quando o assunto "pacto social" estava na pauta do dia:

Toda vez que as classes dirigentes começam a sentir alguma dificuldade, algum problema, algum risco ao grau, à intensidade e à amplitude da exploração econômica a que elas submetem os trabalhadores e o povo, elas começam a preocupar-se. E, então, começam a procurar maneiras de continuar ditando as regras do jogo, sem interferências, mesmo que tenham de fazer mil ginásticas para aparentar concessões, quando o que estão fazendo, pura e simplesmente, é continuar mandando a seu bel-prazer. E' nesse momento que a gente começa a ouvir falar em pacto social. Nos tempos do "milagre econômico" nunca se ouviu falar de pacto social. Agora, quando se diz que há crise e recessão, todo mundo vem falar de pacto social.

Não menos ilustrativo é o depoimento de um típico representante da burguesia - Luiz Eulálio de Bueno Vidigal (empresário e presidente da FIESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) (1981, p. 14):

Já faz algum tempo que venho defendendo uma reformulação do pacto social brasileiro como a única maneira de reformularmos o quadro econômico e social do País e superarmos a permanente ameaça de crise em que vivemos. E me agrada ver que essa idéia encontra cada vez mais adesões e contribuições para o seu aperfeiçoamento. No que me diz respeito, acho que cabe ao empresário, pela maneira como se insere na nossa estrutura social - uma sociedade capitalista - o papel de protagonista privilegiado da emancipação nacional.

Prosseguindo, Vidigal declara o poder do Estado A:

Essa posição concede ao empresariado como um todo um poder de influência nas decisões que possam afetar os destinos do País, que se legitima através do seu constante posicionamento diante dos temas nacionais, sejam eles econômicos, políticos, sociais ou culturais. Esse papel o empresariado nacional tem exercido cada vez com maior

intensidade. Mas as soluções para a sociedade não podem ser encontradas por uma única parcela da Nação. É necessário buscarmos um consenso, uma conveniência política que seja aceita por todos os setores da sociedade.

Nesse sentido, importa buscar a legitimação do Estado A, a fim de que sua soberania e representatividade seja garantida. Vidigal é claro em sua exposição:

Esse é o sentido do pacto social pelo qual venho me batendo, não apenas junto aos empresários, mas diante de toda a sociedade brasileira. É necessário que os esforços de todos os grupos sociais convirjam para uma mesma direção, para que não anulemos, no todo ou em parte, essas iniciativas. E, no meu entender, esse esforço não deve ser conduzido pelas entidades de classe, mas pelos diversos grupos sociais. Somente através desse amplo diálogo teremos condições de fornecer ao Estado elementos para o desenvolvimento de uma política econômica e social que não se estabeleça à revelia da opinião pública da Nação e que permita a construção de uma sociedade mais justa e mais próspera.

Tão central era a preocupação com o pacto social, que o Presidente José Sarney resolveu encaminhar à Universidade de São Paulo (USP), por intermédio de seu Reitor, José Goldemberg, uma solicitação para que se organizasse um encontro de intelectuais com o objetivo de refletir sobre o tema. Como resultado do pedido, foi realizado, no período de 16 a 19 de junho de 1987, sob a coordenação da antropóloga Eunice Durham, um simpósio - *A transição política: necessidade e limites da negociação*. Esse simpósio, fechado ao público, reuniu quase uma centena de cientistas políticos brasileiros e estrangeiros, lideranças sindicais, empresariais e representantes de partidos políticos. O fato desse simpósio ser fechado ao público, mas aberto à participação das lideranças sindicais não pode ser apreendido na sua superfície, tampouco pode ser passado como acontecimento banal, na medida em que torna evidente uma tendência histórica de integração dos dirigentes sindicais na classe dos gestores no quadro do Estado Amplo.

Por aceitar debater a negociação política a pedido do presidente Sarney, a USP recebeu apoios e ataques. O Caderno *Folhetim*, da *Folha de São Paulo* de 26 de junho de 1987, foi dedicado ao assunto e reproduz partes de algumas exposições do simpósio¹³. Uma das conclusões foi que a transição política "parou", e um pacto social

¹³ Estão publicadas pelo Caderno B, *Folhetim*, da *Folha de São Paulo*, de 26 de junho de 1987, as seguintes exposições do simpósio realizado na USP: -"O Preço do Acordo", de Wanderley Guilherme dos Santos (1987,p.3); -"O Caráter da Transição", de Francisco Weffort

entendido como acordo sobre salários, preços e distribuição de renda entre empresários e trabalhadores é "difícil, provavelmente indesejável e talvez impossível". Segundo o editorial do referido *Folhetim*, para a maioria dos participantes do simpósio, "... o governo restringe a negociação à questão de preços e salários, e não à política econômica como um todo e a curto prazo, e exclui do processo de negociação as lideranças políticas - que, por sua vez, não reivindicam participação".

Em termos oficiais, encontra-se, na exposição de motivos da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) em relação ao I PND, a indicação do ponto central para a estabilização da Economia, qual seja, "... a concertação de um amplo acordo entre grupos e classes sociais da sociedade". Ainda segundo o mesmo documento, esse acordo não iria sacrificar os trabalhadores, pois o Governo se responsabiliza pela "estabilização do salário real e a recuperação progressiva, porém segura, do poder aquisitivo do salário mínimo e dos salários de base. A saída proposta é a de "limitar os aumentos de preços concedidos ao setor privado, à variação dos custos extinguindo-se a prática dos reajustes automáticos baseados no índice geral de preços".

Com essa estratégia, o Governo assegura ao setor privado crescentes lucros, uma vez que os preços acompanharão o aumento dos custos. Aos trabalhadores, assegura que, embora os salários não aumentem de acordo com os lucros, terão, também, elevação, mas de acordo com o crescimento da economia e da produtividade. Donde se conclui que a estratégia de estabilização econômica e o pacto social proposto só seriam viáveis se a economia sempre apresentasse índices de crescimento.

O desempenho econômico no período de 1985 a 1988 deixou como herança a inflação quadruplicada, o crescimento médio do produto real na faixa de 3,8% ao ano e o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em termos reais de 2,8% ao ano (em confronto com o da década de 70, que foi de 8% ao ano). Desse modo, a estratégia de estabilização da economia foi um estrondoso fracasso e o pacto social mais uma amarga ilusão.

Mais uma tentativa de acordo foi feita, já na fase agônica da "Nova República". Tal acordo, entre Governo, empresários e trabalhadores, por intermédio de suas sindicais trabalhistas, foi assinado em 4 de novembro de 1988. Vale registrar que a CUT (Central Única dos Trabalhadores) se recusou a participar desse acordo.

(1987, p.4); -"O Pacto Democrático", do polonês Adam Przeworski (1987, p. 8); -"Uma Visão Estratégica", do argentino Guillermo O'Donnell (1987,p. 10-1).

Esse "pacto social" estabelecia uma espécie de redutor, com ajuda da pré-fixação dos reajustes de preços nos dois últimos meses do ano. Nesse sentido, compreendia os seguintes pontos: reajustes das tarifas e dos preços públicos e privados até o limite máximo de 26,5%, no período de 3 de novembro a 2 de dezembro de 1988, e de 25% entre 3 de dezembro de 1988 e 2 de janeiro de 1989; a observação de um prazo mínimo de 30 dias para o reajuste dos preços, contados a partir de 3 de outubro de 1988; o acompanhamento, pelos signatários, dos reajustes dos preços de uma lista de 94 produtos básicos; a revisão sistemática dos reajustes dos salários, uma vez evidenciada a queda da inflação dentro do prazo de 60 dias e uma promessa de apresentar, dentro de 30 dias, uma proposta de saneamento das finanças públicas.

Ao longo do mês de novembro de 1988, o pacto se esboroou. No início de dezembro, os empresários reclamavam da defasagem entre preços e custos e cobravam o saneamento das finanças públicas. O Governo se ressentia dos limites dos pactos, no que se refere às tarifas públicas. Os trabalhadores acusavam os empresários de não respeitarem os limites do pacto e reivindicavam os ganhos de salário real, tal como fora prometido com a queda da inflação. Vale registrar que a taxa da inflação, em janeiro de 1988, foi de 30%, a de outubro, de 27,3%, a de novembro, de 26,9%, e a de dezembro, de 28,8%.

Nas eleições municipais, em novembro de 1988, o Governo colhe mais uma derrota. Saíram vitoriosos seus críticos tanto da esquerda como da direita. A "Nova República", exaurida, vai chegando ao fim. Deixa como saldo a Constituição - promulgada em outubro de 1988, ainda para ser regulamentada e reformulada -, as experiências das lutas democráticas e populares, a capacidade organizatória que os trabalhadores conseguiram construir, a lição do fracasso das tentativas de conciliação e pactos sociais, e a desilusão com o papel dos partidos políticos na construção de instituições democráticas e na mudança socioeconômica do País.

O fim da "Nova República" expressa a crise do Estado Restrito, que, somada à crise econômica (inflação, dívida externa, déficit público, dívida social, entre outros aspectos) contribui para o fracasso das instituições. Não há como discordar de Bruno (1991, p.172) quando afirma:

O que temos hoje é um Legislativo débil, com os partidos profundamente fracionados, sendo, cada vez mais, ultrapassados pelos lobbies e um Executivo incapaz de criar mecanismos de controle para uma economia que não apenas se diversificou, mas cujos problemas só podem ser equacionados considerando-se o quadro internacional, onde se

reestruturam as alianças e os fluxos de capital da economia mundial.

Com a crise das instituições do Estado R e em face das mudanças que estão ocorrendo em nível internacional, os empresários, ao longo da década de 80, organizam-se para ter uma presença mais ativa no cenário nacional. Alguns empreendimentos são marcos importantes. Destacam-se a UBE (União Brasileira de Empresários), criada com a finalidade de influir na elaboração da nova Constituição (1988), o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) e os ILs (Institutos Liberais, em número de 9, com sede em vários Estados), criados no final da década de 80 e início dos anos 90 com o objetivo de redefinir o papel do empresariado no processo de desenvolvimento do País.

Essas organizações questionam as visões tradicionais do empresariado e apontam para a tentativa de ruptura com a posição de dependência do Estado R. Alguns elaboram um projeto nacional. Compõem os conselhos dessas organizações empresários considerados de grande visibilidade pública, tomando como referência as indicações de empresários notáveis pelo jornal *Gazeta Mercantil*, e empresários com posições de liderança em importantes associações industriais. Deixando de lado as divergências entre essas organizações, destaca-se a convergência no que se refere a considerar como exigências (i) a superação dos interesses corporativos para o surgimento de novas organizações, (ii) a renovação de métodos e práticas de ação e (iii) a reversão da imagem negativa do empresariado, a criação de condições para conferir legitimidade à ordem capitalista no Brasil, no sentido da sua eficiência e da credibilidade das suas instituições.

O IEDI dá um passo à frente e conclama os empresários para a tarefa de (i) formular um projeto de desenvolvimento de caráter global em suas dimensões políticas, econômicas e sociais, (ii) integrar progressivamente a economia brasileira ao sistema internacional, (iii) preparar o País para o ingresso num novo patamar, que implica mudança no paradigma tecnológico, exigindo altos níveis de qualificação da mão-de-obra, daí a necessidade de conferir prioridade à Educação e ao treinamento e (iv) discutir formas para resolver a contradição entre crescimento em bases competitivas e permanência das desigualdades de renda (IEDI, 1990, citado por Diniz e Boschi, 1993, p. 126-7).

Torna-se oportuno registrar que, entre maio de 1989 e janeiro de 1990, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)¹⁴ cuja origem remonta à década de 30, produz um documento - *Livre para crescer*; proposta para um Brasil novo - no qual faz a análise do esgotamento do modelo de desenvolvimento liderado pelo Estado (Estado R); critica o modelo de economia fechado para o Exterior; enfatiza a importância de se considerar a questão distributiva, bem como o desenvolvimento de uma política para a formação de "capital humano" (expressão usada pelo documento); analisa as transformações na economia mundial e o espaço para o Brasil; propõe a reforma do Estado com a separação de funções e a desregulamentação nas relações econômicas, de modo a possibilitar ganhos ao empresariado e às corporações sindicais. Como não ver nesses acontecimentos e publicações um sinal da crescente integração da classe dos gestores e de se estar em direção à hegemonia do Estado Amplo?

Tendo feito o mapeamento das mudanças sociais, econômicas e políticas, enfim, tendo reconstruído o cenário de um ciclo "*intermédio*" de mais-valia relativa, passo a reconstituir a recuperação e refuncionalização das bandeiras de lutas do movimento dos trabalhadores, de modo especial os do ensino, sob a forma de reformas administrativas e educacionais. Esse assunto será objeto do próximo artigo.

BIBLIOGRAFIA

ABREU NETO, F. A . **Princípios filosóficos constitutivos de las tecnologías fordista y toyotista**. 2005. 333f. Tese. (Doutorado em Filosofía, Tecnología y Sociedad). Universidad Complutense de Madrid. Departamento de Filosofía del Derecho y Política II (Ética y Sociología), Madri, 2005.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000. 258 p.

ARROYO, M. A formação, direito dos profissionais da educação escolar. In: _____ et al. **Política de capacitação dos profissionais da educação**. Belo Horizonte: MEC/FAE/IRHJP, 1989. p.91-103.

_____. De limão também se faz limonada. In: FORUM DE DEBATES – OS ESPECIALISTAS E PROFESSORES NA REDE ESTADUAL: QUESTÕES ATUAIS". Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 1988. Mimeografado.

BERNARDO, J. **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991. 371 p.

_____. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004. 167p.

¹⁴ Parece oportuno registrar que no mesmo ano em que é criado o IDORT - 1931 - é também criada a FIESP.

BOITO JÚNIOR, A. *et al.* (Orgs.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 196 p.

BRANT, V. C. Da resistência aos movimentos sociais; à emergência das classes populares em São Paulo. In: SINGER, P., BRANT, V. C. **São Paulo: o povo em movimento**. 3. ed. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1982. p. 9-27.

BRASIL. Decreto n. 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 283-288, jan./abr. 1931.

_____. Estado Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. **Complementos da doutrina**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1981.

_____. Presidência da República. Secretaria de Planejamento. **Primeiro plano nacional de desenvolvimento da Nova República, 1986/1989**. Brasília: Coordenadoria de Comunicação Social, 1986. 261 p.

BRUNO. L.E.N.B. **Processo de trabalho, lutas sociais e formas de poder**. Tese de Doutorado em Sociologia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991. 188p.

CASTELLS, M. **The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements**. London: Edward Arnold, 1983. 450 p.

_____. **La ciudad y las masas: sociología de los movimientos sociales urbanos**. Madrid: Alianza, 1986. 567 p.

CHAUÍ, M.. A Nova República; democracia ou autoritarismo verde-amarelo? In:

SANDRONI, Paulo (Org.). **Constituinte, economia e política da Nova República**. São Paulo: Cortez/EDUC, 1986. p. 63-82.

DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato. Brasil: um novo empresariado? Balanço de tendências recentes. In: DINIZ, Eli (Org.). **Empresários e Modernização Econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis: UFSC/IDACON, 1993. p. 114-131.

DUPAS, G. **Crise econômica e transição democrática; 83/86: a delicada trajetória brasileira**. São Paulo: Klaxon, 1987. 183 p.

FERNANDES, F. **Nova República?** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 95 p.

MANTEGA, Guido. Pactos sociais e hegemonia na Nova República. In: SANDRONI, Paulo (Org.). **Constituinte, economia e política da Nova República**. São Paulo: Cortez/EDUC, 1986. p. 24-41.

GIANNOTTI, V., LOPES NETO, S. **CUT: por dentro e por fora**. Petrópolis: Vozes, 1990. 71 p.

GIOVANETTI, M. A .C. **Mouvements sociaux urbains au Brésil: a la recherche d'une nouvelle identité de mouvement du quartier Lindeia, Belo Horizonte (années 80) - étude de cas d'école professionnelle "Tio Beijo"**. 1991. 426 f. Tese. (Doutorado em Sociologia) Université Catholique de Louvain, Département des Sciences Politiques et Sociales, Louvain, 1991.

MENEGUELLO, R. **O voto dos trabalhadores: 1964 – 1984**. Campinas: UNICAMP/IFCH, [s.d.]. 31 p. (Primeira versão).

MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. Trad. Mário Duayer. São Paulo: Ensaio, 1989. 67 p. (Cadernos ensaio, Pequeno formato, 2).

_____. **Produção destrutiva e estado capitalista**. Trad. Georg Toscheff. São Paulo: Ensaio, 1989. 105 p. (Tradução de: The decreasing rate of utilization and the capitalist state).

O'DONNELL, G. Uma visão estratégica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jun. 1987. Folhetim, p. B 10- B 11.

PRZEWORSKI, A. O pacto democrático. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jun. 1987. Folhetim, p. B 8-B 9.

SADER, É. A nova retórica da Nova República. In: SANDRONI, P. (Org.). **Constituinte, economia e política da Nova República**. São Paulo: Cortez/EDUC, 1986. p. 51-62.

SANTOS, W. G. O preço do acordo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jun. 1987. Folhetim, p. B 3.

SILVA, Luiz Inácio da (Lula). O que é o pacto social? **Leia Livros**, São Paulo, p.15, jun. 1981.

SILVA, M. A. **Administração dos conflitos sociais**: as reformas administrativas e educacionais como respostas às questões emergentes da prática social (O caso de Minas Gerais). 1994. 334f. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1995.

SINGER, P. Interpretação do Brasil; uma experiência histórica de desenvolvimento. In: BORIS, Fausto (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1984. v. 4, t. 3, p. 243.

_____. Reflexões sobre inflação, conflito distributivo e democracia. In: O'DONNELL, G., REIS, F. W. (Orgs.). **A democracia do Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988. p. 81-135.

_____. **Repartição da renda**: pobres e ricos sob o regime militar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 95 p.

SINGER, P. BRANT, V. C. (Orgs.) *et al.* **São Paulo**: o povo em movimento. 3 ed. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1982. 230 p.

SCHAWARCZ, Lília Moritz. Velha figura, nova roupagem. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 abr. 1985. Folhetim, p. B 11.

WEFFORT, F. C. **O populismo na política brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 181 p. (Estudos brasileiros,25).

_____. **Por que democracia?** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 133 p.

WEFFORT, F. C. O caráter da transição. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jun. 1987. Folhetim, p. B 4.

_____. A república que não deu certo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 dez. 1988. Folhetim, p. B15.